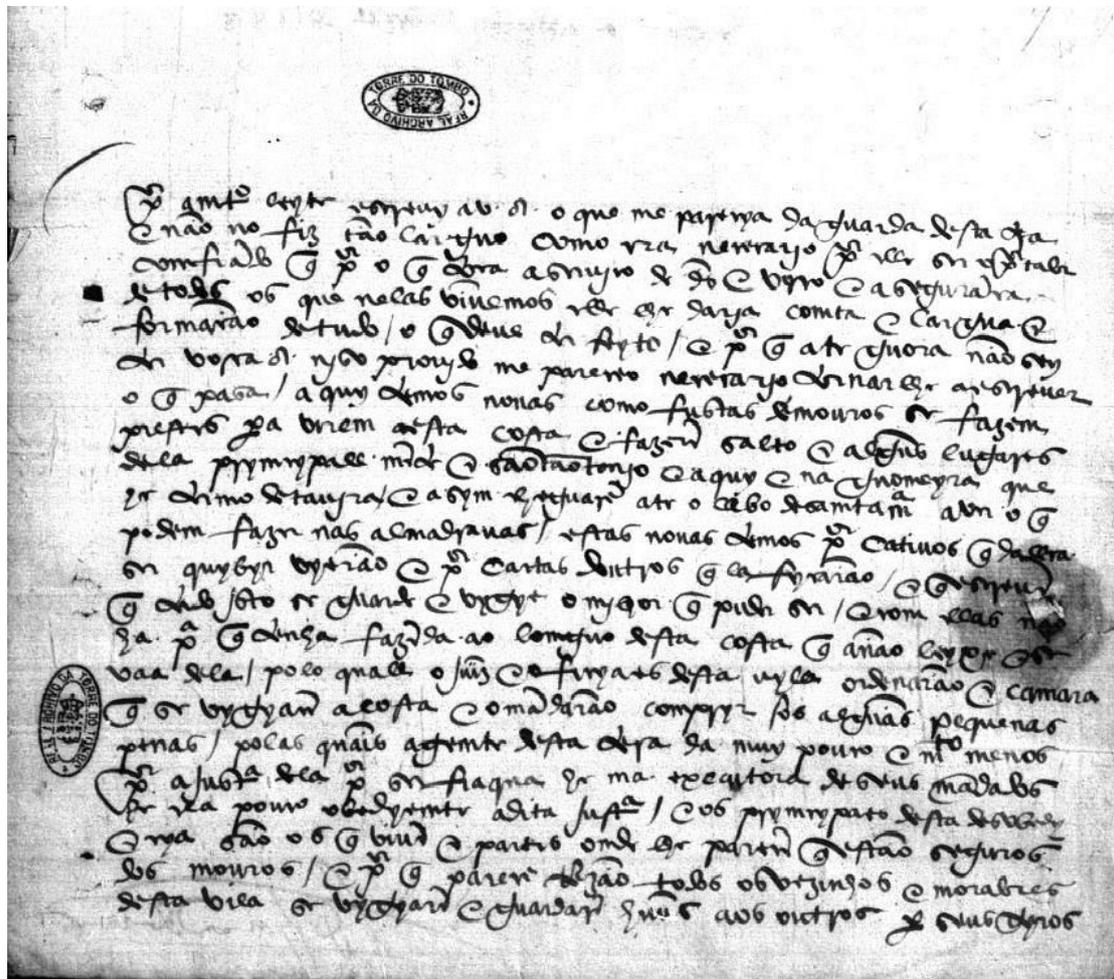


O COMENDADOR DE CACELA D. SIMÃO DE MENESES NO COMBATE À PIRATARIA MAGREBINA NO SOTAVENTO ALGARVIO

Como é de conhecimento geral, desde finais do reinado de D. Manuel que as costas portuguesas vieram, progressivamente, a assistir a um incremento dos ataques do corso e da pirataria magrebina contra as vilas e cidades algarvias. Com efeito, desde que a dinastia sávida, oriunda do sul de Marrocos, iniciou o seu movimento expansionista, que as praças portuguesas do Norte de África constituíram alvos a abater. Após conquistarem Marraquexe, em 1524, e derrotarem o rei de Fez em batalha, em 1536, os xerifes do Suz colocaram cerco à praça portuguesa de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), que acabou por ser tomada em 1541. Foi então que se deu início à reformulação da estratégia norte-africana de D. João III. Safim e Azamor foram despejadas e, na praça de Mazagão, sujeita a uma empreitada segundo os princípios da arquitectura militar da Idade Moderna, foram concentradas as forças portuguesas no sul de Marrocos. Estas medidas não impediram, porém, que os mouros passassem a lançar ataques marítimos a partir das costas magrebina. Foi nesse sentido que, face à pressão dos xerifes e ao avanço turco no Mediterrâneo, as costas do Algarve passaram a ser sistematicamente atacadas pela pirataria muçulmana, o que constituiu motivo de constante preocupação para as populações costeiras do Algarve.

Exemplo paradigmático dessa aflicção é, desde logo, um documento do *Corpo Cronológico* à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo ([Parte I, maço 80, n.º 92](#)) e que tem por título *Carta de Simão de Meneses pedindo ao rei ordenasse (sic) por alvará que os moradores da Gomeira e outros lugares do Algarve vigiassem os lugares da costa para evitarem qualquer invasão dos mouros, de quem se viam assaltados continuamente*. De acordo com esta fonte epistolográfica datada de 28 de Abril de 1548, D. Simão de Meneses, comendador de Cacela da Ordem de Santiago, afirmava que, mesmo antes de

escrever ao rei, já o tinha informado através de António Leite, alcaide-mor de Santo António de Arenilha e antigo capitão de Azamor e Mazagão, sobre o que lhe parecia necessário para assegurar a defesa contra os assaltos da pirataria.



Carta do comendador de Cacela, D. Simão de Meneses, a D. João III, em 28 de Abril de 1548. Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 80, n.º 92 (PT/TT/CC/1/80/92)

Na missiva, alertava o comendador de Cacela de que “*aqui temos novas como fustas de mouros se fazem prestes pera viem a esta costa e fazerem salto em alguns lugares dela pryncypallmente em sãotãotonyo* (Santo António de Arenilha) *e na guomeira que he termo de Tavira*”, antevendo a sua nefasta acção até ao Cabo de Santa Maria, onde existiam almadras e armações de pesca. Era, portanto, em virtude das notícias alarmantes que chegavam a Cacela e por “*desta comenda ser mynha he eu viuer nela me parece que tenho*

obrygação de lhe dar comta a Vossa Alteza do que se passa e a lhe pedyr como faco que prouejá nyso como for seu serujco”, que D. Simão de Meneses pedia a D. João III que providenciasse um alvará para, de Abril a Setembro, obrigar à vigilância da costa todos aqueles que a isso estavam obrigados e não cumpriam. Isto porque, não obstante o juiz e os oficiais da câmara de Cacela ordenarem o cumprimento da vigilância do litoral, mediante a imposição de algumas pequenas sanções, as gentes da terra davam “*mui pouco*” e a justiça local era fraca e “*má executora dos seus mandados*”, pelo que os moradores de Cacela tendiam a desobedecer por viverem em locais “*onde lhe parecem que estão seguros dos mouros*”.

Face às notícias alarmantes que, entretanto, iam chegando e à incapacidade em se fazerem cumprir as ordens da câmara de Cacela, pedia o comendador que o monarca português providenciasse o supracitado alvará para obrigar à vigilância da costa todos os que tivessem tal responsabilidade, sugerindo ainda que as mesmas directrizes fossem seguidas pelos concelhos vizinhos de Tavira e de Castro Marim. Em caso contrário, advertia o comendador, iriam perder-se as fazendas existentes ao longo da costa, já que os seus proprietários não teriam outra alternativa senão deixá-las ao abandono.

Na realidade, o problema do corso e da pirataria contra as costas algarvias acabou por adquirir contornos ainda mais preocupantes com a continuação da reformulação da estratégia norte-africana de D. João III, nomeadamente, com a evacuação de Arzila e de Alcácer Ceguer, em 1550. De resto, as inquietações do comendador de Cacela a nível da necessidade de defesa da costa, em meados do século XVI, eram igualmente partilhadas pelos seus homólogos com responsabilidades a nível da administração do território, como podemos constatar em trabalhos como *Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha* ou em várias documentação à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

FERNANDO PESSANHA

(Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes/VRSA)